

ISSN 1518-2502

19120

F O R U M

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS



F O R U M

Instituto Nacional de Educação de Surdos

Comissão Executiva

Rua das Laranjeiras, nº 232 – 3.º andar
Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 22240-001
Telefax: (0xx21) 2285-7284/ 2285-7597 – ramal 111
E-mail: comissaoeditorial@ines.gov.br

F O R U M

ISSN 1518-2509

GOVERNO DO BRASIL
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luís Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Claudia Pereira Dutra

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Leila de Campos Dantas Maciel

COORDENAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS E TECNOLÓGICOS
Alvanei dos Santos Viana

DIVISÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Maria Inês Batista Barbosa Ramos

EDIÇÃO
Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES
Rio de Janeiro – Brasil

REVISÃO
Maria Margarida Simões

EDITORACÃO
I Graficci

IMPRESSÃO
Editora Progressiva LTDA

TIRAGEM
4.000 exemplares

ORGANIZADORES DESTA EDIÇÃO
Alvanei dos Santos Viana
Gisele de Almeida Bastos Jóia
Leila de Campos Dantas Maciel

Forum

Vol. 19/ 20 (jan/dez) Rio de Janeiro

INES,

Semestral

ISSN 1518-2509

1 – Fórum – Instituto Nacional de Educação de Surdos

Sumário

Editorial _____	5
Letramento: desafio do século	
Prof. ^a Elaine Jaques Sotero _____	7
Construindo uma ponte entre surdos e ouvintes	
Vitória Severini _____	17
Vanessa Alves de Souza Lesser _____	19
Educação em saúde para comunidade surda	
Regina Célia Nascimento de Almeida e Maria de Fátima Ferrari _____	21
Luiza Santos Moreira da Costa _____	35
Participação dos alunos, dos profissionais e da família na gestão escolar	
Ney Luiz de Almeida _____	38
As contribuições da fonoaudiologia na educação de surdos	
Paula Nunes _____	41
Tereza Cristina Siqueira Rude e Claudia Ferreira Barroso _____	44

Editorial

A edição unificada deste ano da revista Fórum traz discussões dos encontros do ano de 2009 com foco no universo escolar. Foram debatidos temas como letramento, o professor e o aluno que falam línguas diferentes, a importância da educação em saúde para a comunidade surda, a participação dos atores da escola na transformação da própria escola e por fim os materiais técnico-pedagógicos produzidos pelo INES para sensibilização de pais e profissionais da área da saúde e educação sobre a surdez e a aquisição do português na sua modalidade oral.

Os encontros contaram com a participação de profissionais surdos e ouvintes, alunos surdos, pais, intérpretes e responsáveis pela política institucional.

Tivemos neste ano uma participação efetiva de profissionais e alunos surdos, o que nos indica que vivemos um momento não mais de falarmos por eles, mas falarmos com eles e também de podermos ouvi-los acerca da sua própria educação. Estamos construindo novos caminhos na educação de surdos para as futuras gerações, objetivando a verdadeira transformação e inclusão social.

Boa leitura!

Maria Inês Batista B. Ramos
Rita de Cassia Nakajima Pinto
Rosária de Fátima Correa Maia
Solange Maria da Rocha

Letramento: desafio do século

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUMA ESCOLA PARA SURDOS: EMES – Escola Municipal de Educação de Surdos de Angra dos Reis

Elaine Jaques Sotero¹

As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza. (Boaventura de Sousa Santos)

A EMES – Escola Municipal de Educação de Surdos – vem, ao longo de mais de uma década de história, buscando caminhos para o reconhecimento e o respeito pela diferença e especificidade das pessoas surdas, o que envolve a questão linguística e cultural desta comunidade que, desde 1880, no Congresso de Milão, luta pelo direito à sua língua. Muitos foram os embates, discussões até chegar ao século XXI, quando se adquiriu o direito ao uso legal da LIBRAS, de acordo com a Lei n.º 10.436/2002 e o Decreto-Lei n.º 5.626/2005.

Hoje, é garantido o direito à pessoa surda de usar livremente a sua língua natural sem medo de sofrer a imposição de uma língua majoritária como no passado. Isso se estende fundamentalmente à educação, que é uma das instituições sociais responsáveis pela formação do indivíduo.

A educação bilíngue para surdos, preconizada há décadas no Brasil, **pressupõe a utilização da LIBRAS como língua de instrução, interação, comunicação e de organização do pensamento**. Sem a aquisição de uma língua que permita a organização e a expressão plena do pensamento humano de forma natural, estaríamos comprometendo todo o processo de desenvolvimento global das crianças surdas. Por outro lado, se for oferecido à criança surda apenas o ensino de uma língua artificial, no caso o português oral/escrito, como única possibilidade de comunicação/interação com o mundo que a cerca, poderão ocorrer sérios prejuízos na vida social do sujeito ou na construção da sua subjetividade devido às dificuldades de expressão e entendimento.

O propósito maior de nossa escola é trabalhar por uma educação verdadeiramente inclusiva para os alunos surdos, o que implica um processo educacional que

¹ Pedagoga formada pela UFF, pós-graduada em Educação Especial/Educação de surdos pela UNIRIO. Atualmente pedagoga e auxiliar de direção da Escola Municipal de Educação de Surdos - Angra dos Reis.

gera conhecimento e reconhecimento, desenvolvimento pessoal, bem-estar individual e inclusão social, que desenvolve autoconhecimento e ampla visão de mundo. Precisa ser um processo educacional que obtenha como resultado levar alguém a ser efetivamente incluído na sociedade, sendo capaz de fazer uma leitura de mundo e uma narração de si próprio, podendo contribuir para o desenvolvimento social. Isso é perfeitamente possível aos surdos numa escola própria para eles. Os surdos têm o direito de estar num ambiente plenamente favorável e propício ao seu desenvolvimento linguístico, cultural, social, comunitário e pessoal.

Para serem incluídos no mundo que é majoritariamente ouvinte, os surdos precisam ser competentes em uma língua natural e em uma segunda língua, bem como na escrita dessa segunda língua, além de todos os conhecimentos característicos das diversas faixas etárias e níveis de escolaridade. Para adquirir essas competências e conhecimentos, os surdos não têm necessariamente que estar apenas com ouvintes na escola, pois os surdos convivem com ouvintes, na família, na comunidade, entre outros espaços sociais. O que eles precisam é de um espaço escolar próprio que lhes possibilite adquirir conhecimentos e experiências do modo mais eficaz possível, possibilidade esta imensamente ampliada num espaço educacional onde todos usam uma língua natural que ele entenda. O estar com colegas e professores (surdos e ouvintes com conhecimento de LIBRAS), numa escola específica de surdos, potencializa os estudantes surdos a compreender, estar e atuar na sociedade como um todo, tendo valorizados os modelos surdos.

A proposta bilíngue da EMES trabalha no sentido de garantir a LIBRAS como a primeira língua (L1) natural das pessoas surdas e o português como a segunda língua (L2). A LIBRAS vem como a língua de instrução no processo de construção do conhecimento, sem a qual inexistiria a dialogicidade entre os sujeitos educacionais. O português é inserido na modalidade escrita em sala de aula e na modalidade oral com a equipe técnica fonoaudiológica.

O PPP – Projeto Político-Pedagógico – da EMES tem como eixo fundamental a proposta metodológica aqui construída, destinada ao letramento bilíngue através da apropriação do português escrito como L2 pelos alunos surdos de uma forma sistematizada por níveis de progressão.

Para a criança surda, o português sempre funcionará como uma língua estrangeira, cuja aquisição se dará de forma artificial e, como tal, necessitará de um ensino sistematizado, para oportunizar um aprendizado efetivo. É importante ressaltar que a especificidade do letramento para esse público deve ser pautada na imagem pelo uso de uma língua viso-gestual, sendo o aspecto visual da escrita um elemento facilitador do processo de aquisição do português. A maneira inclusiva de ensinar ao surdo considera a necessidade de ter todo o processo educacional calcado em sua experiência visual de existir e de perceber o mundo.

Vivemos um momento histórico em que a bandeira da inclusão educacional vem sendo cada vez mais solidificada. Consideramos primordial a busca da inclusão para os surdos; no entanto, compreendemos esse processo, a partir de uma visão baseada

em estudos, pesquisas e a construção do conhecimento de um trabalho realizado nesses dezoito anos no município de Angra. Entendemos por verdadeira inclusão educacional aquela que percebe, conhece, compreende e respeita a diferença, tomando esta como referencial para a organização de uma proposta pedagógica que realmente vá ao encontro do perfil dos sujeitos envolvidos. Somente assim, poderemos falar de um trabalho que objetive a inclusão por possibilitar oportunidades amplas, reais e justas de aprendizados para a formação da pessoa surda.

Em síntese, a proposta aqui apresentada tem como principal objetivo a garantia de uma apropriação mais eficiente do português como segunda língua para os alunos surdos da EMES, para que estes possam estar instrumentalizados e preparados para dominar e transitar nesse mundo letrado, que para eles será sempre *estrangeiro*.

Objetivos gerais e específicos

A EMES tem como objetivo maior de sua proposta político-pedagógica oferecer aos alunos uma educação inclusiva de qualidade cuja finalidade está expressa no título II, artigo 2.º da LDB:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nosso objetivo maior é o pleno desenvolvimento do educando. No caso dos surdos, possibilitar seu pleno desenvolvimento significa propiciar um ambiente educacional calcado na sua experiência visual, na sua forma de ver e perceber o mundo, respeitando a sua diferença linguística. Uma vez que a Língua de Sinais permite, por suas características viso-espaciais, a formação de uma sólida base linguística, esta língua é essencial para viabilizar o desenvolvimento desse indivíduo como um todo.

A EMES fundamenta seu trabalho no *bilinguismo*. A aprendizagem de qualquer primeira língua só ocorre com a interação com outro sujeito usuário da mesma língua; no caso da pessoa surda, o aprendizado da sua primeira língua (LIBRAS) somente se dará através da convivência dos surdos com seus pares.

A defesa da *escola para surdos* como a possibilidade educacional real para a inclusão social da pessoa surda está pautada em diversos estudos acadêmicos e principalmente nos grupos de Estudos Surdos, que vêm crescendo atualmente pelas universidades de todo o país na garantia do que está exposto nos quadros em destaque abaixo:

A criança deve ser imersa o mais precocemente possível em ambiente fluente em Língua de Sinais, escola bilíngüe, família com alguma Língua de Sinais, e surdos adultos nativos entre outras coisas. [...] Somente com uma sólida base lingüística

(com a Língua de Sinais como primeira Língua - L1) é possível o aprendizado da escrita e ou da língua oral do país (como segunda língua - L2).

Renato Luz (*Revista Espaço*, INES, dez. 2003)

A integração tem dois componentes indispensáveis: primeiro, a interação plena – poder falar o que se queira com várias pessoas; segundo: o poder para tomar decisões. Sanchez (*Nova Escola*, set. 1993)

A escola tem um papel preponderante na formação afetiva, emocional e cognitiva do surdo, usando a Língua de Sinais. Está certo todo o pessoal que insiste em que a escola para surdos deve ser desde a infância até a faculdade. Só assim se vai poder colocar os surdos em pé de igualdade com ouvintes cultos. (Noberto Rodrigues, neurologista, presidente em 1993 da Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. *Revista Nova Escola*, set. 1993).

Buscando essa igualdade de condições educacionais para os surdos, já temos a garantia da escola para surdos que segue toda a estrutura de uma escola regular, acrescida de componentes curriculares e projetos específicos para alunos surdos no município de Angra. Nessa escola, buscando a verdadeira inclusão, desenvolvemos a proposta bilíngue como caminho para a autonomia e o pleno desenvolvimento do educando. Abaixo, passamos a detalhar a metodologia que foi organizada e implantada em 2007 nesta escola, tendo como desafio o aprendizado efetivo do português como segunda língua.

O ensino de língua portuguesa como segunda língua para pessoas surdas tem sido alvo de grandes discussões pedagógicas em âmbito nacional, cujo enfoque se volta para os constantes insucessos dos alunos em relação ao aprendizado da leitura e da escrita.

Há necessidade de um trabalho efetivo em língua portuguesa, envolvendo o processo de letramento, bem como todos os aspectos que estão presentes num trabalho de estruturação de língua: leitura, escrita, gramática, vocabulário e tipologia textual. É importante que se privilegiem situações de vida diária, enfatizando experiências de estruturação da língua e o conteúdo formal, seus usos na comunicação, compreensão e expressão.

Priorizamos a seleção, elaboração e uso de uma metodologia organizada e adaptada, levando em conta as necessidades específicas dos alunos surdos a partir de um trabalho sistemático em sala de aula.

Para dar sustentação prática a este projeto, propomos a utilização de cadernos de atividades que funcionam como livros didáticos adaptados aos surdos. Pontuamos como objetivos específicos desse trabalho:

- Desenvolver nos alunos uma maior competência linguística no que se refere às habilidades de leitura e escrita;
- Contribuir para o aumento de conhecimento da língua portuguesa, no que se refere ao seu uso formal e social;
- Oferecer à comunidade escolar oportunidade de utilizar os recursos dos

livros didáticos apropriados às suas especificidades no aprendizado de língua portuguesa;

- Aproximar os pais da escola, permitindo um intercâmbio maior entre a escola e a família, tornando os pais parceiros do processo de aprendizagem dos filhos.

Fundamentação teórica de letramento bilíngue e metodologia de alfabetização em L2

Iniciar uma proposta metodológica requer algumas elucidações referentes aos seus princípios norteadores, ou seja, a compreensão de conceitos subjacentes à prática pedagógica que se pretende implementar.

Primeiramente devemos explicitar o que entendemos por: educação bilíngue para surdos, letramento, alfabetização e transversalidade.

Entendemos por educação bilíngue, segundo Quadros (1997), “[...] uma proposta de ensino que objetiva tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. Considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita”.

A língua de sinais é uma língua completa que pertence a uma comunidade linguisticamente minoritária (comunidade surda) e permite por suas características viso-espaciais, aproveitando o canal intacto (visual) de pessoas surdas, a formação de uma sólida base linguística que será essencial para viabilizar o desenvolvimento deste indivíduo como um todo.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas em língua de sinais. (QUADROS, 1997)

A proposta bilíngue busca garantir esse direito já reconhecido por lei.

Ainda segundo Quadros (1997), há um dispositivo de aquisição da linguagem comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva; logo, a criança surda deve ter acesso à língua de sinais o mais precocemente para acionar de forma natural esse dispositivo. A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo, devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea como ocorre com a LIBRAS.

Skutnabb-kangas (1994) afirma em Quadros (1997) que o nível ótimo de bilinguismo deve ser o objetivo educacional para todas as crianças surdas. Suas razões para afirmar isso provêm de análises sobre os direitos humanos linguísticos, os quais devem garantir a todos os seres humanos o direito de:

- identificarem-se com uma língua natural, de serem aceitos e respeitados por isso;

- aprenderem a língua natural completamente, na sua forma oral (quando fisiologicamente possível) e escrita (pressupondo que a minoria linguística seja educada na sua língua natural);
- usarem sua língua natural em todas as situações oficiais, inclusive na escola;
- empregarem voluntariamente, e nunca por imposição, qualquer mudança que ocorra na língua natural.

Em se tratando das crianças surdas brasileiras, usuárias de umas línguas naturais, oficiais, pertencentes a uma minoria linguística, deve ser garantido o direito de serem bilíngues, isto é, o direito de terem acesso a sua língua natural e à língua majoritária oficial do país onde vivem. Somente assim, haverá o delineamento de uma proposta bilíngue.

Uma proposta bilíngue deve considerar a situação de origem de cada criança surda que chega à escola. Tomando por base a realidade de a maioria dessas crianças serem filhas de pais ouvintes, o que se confirma em nossa unidade escolar, a presença de adultos surdos apresenta grandes vantagens dentro de uma proposta bilíngue. O contato com o adulto surdo vai possibilitar a aquisição de sua língua natural, devendo haver um ambiente próprio para desenvolver a linguagem e o pensamento da criança surda. Assim sendo, torna-se imprescindível haver dentro da escola **monitores e instrutores surdos adultos usuários e fluentes no uso da LIBRAS**.

Caso não haja uma aquisição satisfatória da L1 pela criança surda, não haverá chances de esta apresentar um domínio razoável da língua portuguesa. Vale ressaltar que o domínio da língua natural, apesar de ser essencial, não garante o acesso a uma segunda língua.

Na verdade o domínio da L1 apesar de ser pressuposto para o ensino de L2 não parece ser suficiente para que o processo de aquisição da L2 se concretize. (QUADROS, 1997, p. 30).

O aprendizado do português como segunda língua não acontecerá de forma natural, visto que se trata de uma língua estrangeira cuja aquisição ocorre de forma artificial; daí a necessidade da sistematização de uma metodologia de ensino que proporcione condições favoráveis de estratégias e recursos para sua efetivação.

Neste momento, passamos ao segundo ponto que norteia esta proposta: a conceituação e a distinção entre alfabetização e letramento, e sua relação com as crianças surdas.

Pode-se definir alfabetização como um processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, dos princípios alfabéticos e ortográficos que levem o aluno a ler e escrever com autonomia. Ou seja, que possibilite a compreensão e o domínio do chamado código escrito que se organiza em torno de convenções/representações histórico-sociais. Quanto ao letramento, podemos conceituar como

um processo de inserção e participação na cultura escrita; trata-se de um processo que se inicia quando a criança começa a conviver com as mais diversas manifestações da escrita na sociedade, o que se estende por toda a sua vida com a progressiva possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita. Segundo Soares (2003), “Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e escrever, letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.”

Alfabetização e letramento são processos distintos, mas é preciso conciliá-los na prática pedagógica para que os alunos possam ter assegurada não apenas a apropriação do sistema alfabético-ortográfico, mas também a plena condição do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita. É fundamental alfabetizar letrando; as duas ações devem ser complementares. O trabalho sistematizado na dimensão linguística para a alfabetização não exclui da sala de aula a prática do letramento. Entendemos, assim, que a ação pedagógica mais adequada é aquela que articula de forma simultânea a alfabetização e o letramento.

[...] Letramento é, sobretudo, um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e de tudo o que você pode ser. (SOARES, 1998, p. 41)

Na alfabetização/letramento do aluno surdo, haverá a transição de uma língua não alfabética (LIBRAS) para uma língua alfabética (português). A diferença está no fato de os surdos aprenderem a ler e escrever sem passar pelo conhecimento fonológico da língua portuguesa. Segundo Sanchez (2002), isso quer dizer que são leitores competentes numa primeira língua e dominam a forma escrita de uma segunda língua sem conhecer os sons de suas grafias.

Consideramos alguns princípios citados em Fernandes (2006) para nortear os encaminhamentos dessa proposta metodológica:

- A leitura e a escrita são processos complementares e diferenciados;
- A leitura e a escrita devem estar sempre inseridas em práticas sociais significativas;
- Há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades do leitor/escritor em seu meio social e cultural.

A discussão sobre letramento traz consigo a importância da contextualização do objeto de conhecimento e de sua articulação com a realidade, trabalho que deverá ser pautado na necessidade de se ver o global, de se conceber o que é fundamental no mundo. Assim sendo, o conhecimento sistêmico presente nesta proposta metodológica fundamenta-se no trabalho pedagógico a partir dos conceitos transversais, conforme a organização curricular de nossa rede municipal de ensino, proposta na qual se busca garantir do ponto de vista político o direito ao conhecimento, o qual deve ser disponibilizado de uma forma rica, unificada, interligando natureza e cultura, através de uma práxis transversal.

Cabe aqui mencionar a discussão referente à especificidade do processamento de aquisição da leitura/escrita nas pessoas surdas. Segundo Fernandes, neste caso a leitura não ocorrerá segundo as relações letra-som (rota fonológica). Desde os primeiros contatos com a escrita, as palavras serão processadas mentalmente como um todo, sendo reconhecidas em sua forma ortográfica (rota lexical); serão *fotografadas* e memorizadas no dicionário mental se a elas corresponder alguma significação. Se não houver sentido, da mesma forma não terá havido leitura.

Entendendo melhor esses conceitos, recorreremos novamente a Fernandes (2006):

Rota lexical ou ortográfica é o percurso cognitivo utilizado para a leitura pelos surdos. A identificação da palavra ocorre sem a pronúncia da palavra (rota fonológica), mas por meio de seu reconhecimento visual. As palavras são lidas com base em sua forma ortográfica, ou seja, a palavra impressa é imediatamente relacionada a um conceito, sem que seja necessário recorrer a sua estrutura sonora. (FERNANDES, 2006)

Logo, pelo fato de não ouvir, o surdo apoia-se no aspecto visual da escrita como um fator facilitador no processo de aquisição do português. A interação com a escrita será fundamentada no uso da Língua de Sinais, o que demonstra a importância da imagem no processo educacional. Dada a característica visual da Língua de Sinais, Reily (2003) propõe o letramento visual no currículo escolar, enfatizando sua importância no processo de escolarização de surdos.

Segundo Gesueli (2006)

[...] Outro aspecto a se considerar é o papel da imagem presente no processo educacional de um modo geral e de forma ainda mais expressiva no processo de construção de conhecimentos de alunos surdos. O letramento visual deve ser um fator a ser considerado na escolarização desses sujeitos. A escrita tomada como prática discursiva: O que se pode ou não fazer em uma dada situação e, conseqüentemente, o que se pode ou não dizer/escrever em tais circunstâncias refletem a necessidade de se enfatizar o papel da imagem como um fator constitutivo no processo de letramento de alunos surdos. O aspecto visual da leitura-escrita é um fator facilitador no processo de aquisição do Português como segunda língua. No caso do ouvinte, o desenho é sempre visto como uma etapa a ser superada no decorrer do processo, no caso do surdo ele sempre estará presente. Não se trata de uma metodologia fundada na imagem, mas de tomar a imagem também como constitutiva do processo. (GESUELI, 2006)

Fica evidente que o aspecto visual é muito relevante nesse processo de construção pelo fato de que as crianças têm uma experiência visual intensa. Elas fazem um recorte das palavras em português levando em conta a configuração da escrita. Gesuéli afirma ainda que mesmo as crianças que fazem uso da fala não se utilizam naturalmente da relação escrita/oralidade, mostrando-se muito mais atentas ao aspecto visual da escrita.

Todos esses pressupostos fundamentam a proposta metodológica que está sendo apresentada neste documento. No entanto, na prática de sala de aula, outros aspectos inerentes à educação bilíngue para surdos não citados neste texto deverão também estar incorporados à ação do educador.

Vale ressaltar que o campo de pesquisa, discussão acerca da educação de pessoas surdas é vastíssimo, demandando sempre maiores aprofundamentos teórico-práticos para a superação dos desafios apresentados cotidianamente nas salas de aula onde os surdos se encontram.

Desenvolvimento metodológico

A metodologia adotada tem como referência o método analítico-sintético partindo da palavra contextualizada. Tal proposta foi adaptada e organizada tendo como objetivo o ensino de uma segunda língua para alunos surdos, considerando as especificidades desse público.

Segundo as perspectivas dos métodos globais, uma palavra também pode ser o ponto de partida para se alfabetizar, desde que se leve em consideração o contexto em que ela se apresenta. O contexto é condição para que se dê a compreensão do significado da palavra.

O trabalho de contextualização deve ser diversificado e fundamentado na imagem para garantir a apropriação dos seus diferentes sentidos e significados. Nesse sentido, nossa preocupação esteve voltada para a construção de estratégias facilitadoras da aprendizagem. Organizamos o trabalho em três categorias de conhecimentos segundo Freire (1998):

- **Conhecimento de mundo:** partindo da abordagem dos conceitos transversais básicos e estruturantes (eixos temáticos) que são significativos para nosso aluno. Será um mecanismo para o despertar do interesse dos alunos;
- **Conhecimento de organização textual:** abrangendo histórias da literatura infantil selecionadas de acordo com os eixos temáticos e com a etapa metodológica trabalhada no momento; textos verbais e não verbais diversos. O contato com diferentes tipos de textos possibilita a percepção da função social da escrita;
- **Conhecimento sistêmico:** estruturado em níveis de aprendizagem, sendo cada nível dividido em etapas pré-definidas, em que o aluno, gradativamente, vai se apropriando dos mecanismos da leitura e da escrita, possibilitando a ampliação do seu vocabulário.

Para a aprendizagem de uma língua que não é natural para o surdo (língua portuguesa), existe a necessidade de uma sistematização metodológica. Assim sendo, no que se refere ao conhecimento sistêmico do processo de alfabetização/letramento, estabelecemos etapas para o desenvolvimento de cada nível de aprendizagem. Todas as etapas deverão ser trabalhadas em Língua de Sinais e posteriormente em língua portuguesa, impreterivelmente.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Sueli. *Práticas de Letramento no contexto da educação bilíngüe para surdos*. SEED/SUED/DEE, Curitiba, 2006.

GESUELI, Zilda Maria. *Cidadania, surdez e linguagem*. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

LABORIT, Emmanuelle. *O Vôo da gaivota*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

PADILHA, Paulo Roberto. Caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. *Revista Pátio*, fevereiro, 2003.

QUADROS, Ronice Muller. *Educação de surdos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *Alfabetização e o ensino da língua de sinais*. Canoas: Textura, 2000.

SANCHEZ, Carlos. *Os surdos, a alfabetização e a leitura: sugestões para desmistificação do tema* [mimeo].

SANCHEZ, Carlos. Vida para os surdos. *Revista Nova Escola*, São Paulo, setembro de 1993.

SKLIAR, Carlos. *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

SMECTI. *Organização curricular da rede municipal de ensino de Angra dos Reis*. Angra dos Reis, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2003.

VYGOTSKI, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

Construindo uma ponte entre surdos e ouvintes

Vitória Severini¹

Este trabalho tem por escopo apresentar algumas estratégias desenvolvidas pela professora ouvinte, com LIBRAS, contratada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos para exercer atividade junto à turma do 2.º ano do Ensino Fundamental do curso noturno, tendo como público jovens e adultos surdos, matriculados na Instituição, no ano de 2008.

A clientela-alvo é formada por um grupo de quatro jovens e adultos surdos, do sexo masculino, de faixa etária entre 20 e 30 anos de idade, sendo somente um aluno usuário da Língua de Sinais. Os demais componentes do grupo se comunicam através de gestos manuais, desenhos, dramatização, representações, no ar, da realidade, tentativas de oralização e expressões facial e corporal.

Essa experiência surgiu diante da necessidade de serem utilizadas, na sala de aula, estratégias que promovessem a ponte entre professora ouvinte e alunos surdos, a fim de que os aprendizes tivessem acesso ao currículo da escola, isto é, à leitura e à escrita da língua portuguesa abordada como segunda língua, mesmo sem conhecerem a sua língua natural, a LIBRAS.

As estratégias foram compostas por atividades realizadas a partir de textos selecionados de jornais e revistas, estabelecendo o vínculo necessário entre o aprendizado na escola e o conhecimento extraescolar.

Ainda que a Instituição seja detentora de uma forma adversa de linguagem, a proposta de bilinguismo como metodologia de ensino tem na língua de sinais uma forma expressiva, sendo o aprendizado da leitura e da escrita da língua portuguesa tratada de maneira assaz contundente. Nessa questão, os monitores surdos auxiliam os professores ouvintes de modo que se atenda, em todos os âmbitos, o currículo exigido pela Entidade em questão, tornando-a, por excelência, pioneira na prática dessa aprendizagem.

Os monitores surdos e a disciplina Língua Brasileira de Sinais foram colocados em exercício, no ano de 2008, após o início do ano letivo. Por conseguinte, brotaram as atividades, como sendo uma forma de comunicação da professora ouvinte para com o aluno surdo.

Além dessa maneira de comunicação, havia outras emanadas do aluno no trato com a professora, como: dramatização, expressões faciais e corporais, tentativas de oralização, representações, no ar, da realidade, o que requeria da professora uma sensibilidade extrema, pois cada aluno tinha um jeito particular de se comunicar.

¹ Mestre em ensino de ciência da saúde e do ambiente pela Universidade Plínio Leite (UNIPLI). Professora do Município do Rio de Janeiro.

A comunicação entre a professora ouvinte e a monitora surda ocorre de maneira natural. Nesse caso, não é mais a comunicação que fica em evidência, mas sim o relacionamento profissional.

Diante disso, surgem indagações constantes: teria a sala de aula espaço para mais um profissional? Em que momento esse profissional entraria em cena? De que modo a monitora surda ajudaria a professora ouvinte?

A dinâmica das aulas da professora da turma com a ajuda da monitora surda começa quando esta se acomoda em uma das carteiras para assistir às aulas da professora da turma. Esta solicita ajuda à monitora em momento não determinado. Os profissionais trocam de lugar, isto é, a monitora surda se posiciona à frente da turma, com o propósito de ilustrar, através de contação de histórias, teatro, brincadeiras, etc., a aula da professora ouvinte.

Apesar de a monitora ter acesso ao planejamento de aula da professora da turma, os eventos em sala de aula determinarão o melhor modo de ajuda aos alunos. Nesse caso, a professora ouvinte tem a oportunidade de observar o desempenho da monitora surda.

Já a dinâmica relativa às aulas de Língua Brasileira de Sinais, ministrada por professora surda, acontece num tempo predeterminado àquela disciplina, pois faz parte do currículo da escola.

As professoras da turma e de LIBRAS entram na sala de aula. A professora da turma se acomoda em uma das carteiras e assiste à aula. Nesse caso, a professora ouvinte tem a oportunidade de reciclar seus conhecimentos em LIBRAS, enquanto os alunos aprendem a sua língua materna. As aulas de Língua de Sinais acompanham o planejamento semanal das aulas da professora da turma.

Foram selecionadas algumas estratégias que passaremos a enumerar a seguir:

- 1.^a estratégia – folha individual de presença;
- 2.^a estratégia – data de nascimento;
- 3.^a estratégia – anos de vida;
- 4.^a estratégia – preenchimento dos cupons – dados pessoais;
- 5.^a estratégia – marcas que nos identificam – características das pessoas;
- 6.^a estratégia – retrato escrito – características das pessoas e animais;
- 7.^a estratégia – primeira letra do nome;
- 8.^a estratégia – classificados - imóveis compra e venda;
- 9.^a estratégia – horários e programação de tv – texto;
- 10.^a estratégia – moda.

Construindo uma ponte entre surdos e ouvintes

Vanessa Alves de Souza Lesser

Meu nome é Vanessa Lesser, sou graduada em Arquitetura, estou terminando minha segunda graduação, Letras-LIBRAS (UFSC/Polo INES-RJ), e sou professora da disciplina LIBRAS no Colégio de Aplicação do INES. Minha trajetória acadêmico-profissional faz parte de minha história de vida. Sou surda profunda desde os dois anos de idade, em consequência de uma meningite. Fiquei cinco dias em coma, mas Deus achou que eu devia viver. E, de repente, acordei em um mundo diferente, completamente silencioso.

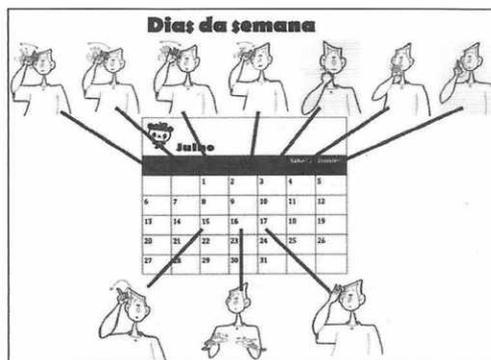
Atualmente trabalho com LIBRAS; as atividades desenvolvidas centralizam-se no signo visual como importante elemento mediador em situações formais de aprendizagem, no processo de aquisição de segunda língua. Permanece como desafio a compreensão da memória da imagem sinalizada no cérebro do sujeito surdo não oralizado.

Em nossa equipe de trabalho no SEF-N do INES (1.º ao 5.º ano do ensino fundamental noturno), trabalho com professores ouvintes e assistentes educacionais em LIBRAS. Semanalmente, nos reunimos para discutir nossa prática pedagógica, e esse ambiente tão heterogêneo sempre possibilita trocas enriquecedoras para todo o grupo. Nossas discussões se estabelecem sob a orientação de referenciais teóricos ligados ao sociointeracionismo, em diálogo com Freire (1987, 1992, 1996) e Vygotsky (1987, 1998). Buscamos caminhos alternativos para a escola tradicional, que mantém uma maneira linear de ensinar.

Exemplo:

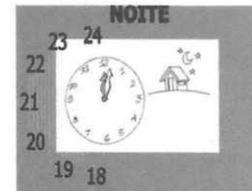
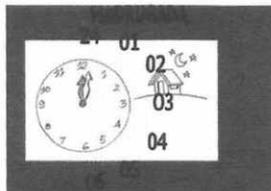
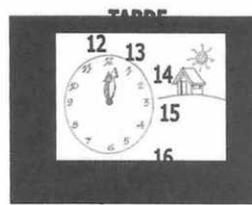
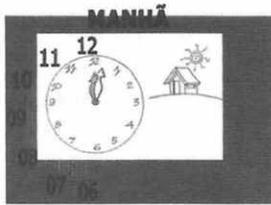
Planejamento de Aula

Dias da semana



Horários

HORÁRIO



A cultura escolar tradicionalmente mantém uma maneira linear de ensinar, de planejar, de executar e de avaliar seu projeto educativo. A lógica que acompanha o cotidiano escolar ainda guarda maior afinidade com os regimes seriados de ensino e conteúdos organizados hierarquicamente, que conduzem à generalização, unificação e despersonalização de quem ensina e quem aprende. Grande parte de nossas atividades, em sala de aula, ainda permanece ligada aos rituais homogeneizantes, que definem conhecimentos e condutas a serem assimilado, cujos resultados se mostram insatisfatórios. Buscamos o descolamento desse lugar para aprendermos a lidar com a heterogeneidade real de toda sala de aula, possibilitando o aprendizado desafiador de compreender a singularidade e a pluralidade como traços constituintes do processo ensino aprendizagem (SANCHES, 2009).

Educação em saúde para a comunidade surda

Maria de Fátima Ferrari¹
Regina Célia Nascimento de Almeida²

Educação em saúde para a comunidade surda: um projeto de inclusão social

O processo de inclusão educacional e social do surdo perpassa a acessibilidade aos direitos universais baseados nos princípios da igualdade e equidade na saúde. A trajetória da educação em saúde no INES tem um marco em 1989 com a elaboração de Projetos sobre HIV/AIDS. Todo o processo de conhecimento é uma construção coletiva que envolve os professores ouvintes, os educadores surdos (assistentes educacionais) e os alunos do CAP-INES. A nossa visão de ensino em ciência da saúde é de cunho informal e formativo e, então, em 2004 a instituição formaliza esta prática pedagógica com a criação do Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo-NOSS. Atualmente atendemos o corpo discente do INES e desenvolvemos algumas ações voltadas à comunidade surda, à assistência técnica para profissionais da educação e da saúde e, também, produzimos material didático especializado sobre saúde sexual e reprodutiva. Num contexto educacional bilíngue em que se prioriza a cognição e a pedagogia visual, a LIBRAS como língua de instrução e o par competente como educador-instrutor, todos somos atores sociais no processo ensino-aprendizagem. Apresentaremos, a seguir, o mais recente material didático produzido pelo Núcleo: *Sinalizando a Prevenção das DST/Aids*. Este manual representa para o "NOSS" mais uma das conquistas da pessoa surda e também um marco em seu processo de inclusão e emancipação social.



Instituto Nacional de Educação de Surdos

Nele, 90% das páginas são compostas por imagens, são fotos e desenhos coloridos de diversos tamanhos. A capa e o pôster são fotografias que têm como modelos e fotógrafo o educador surdo, e a maioria das ilustrações também foram feitas por uma educadora e desenhista surda. É importante ressaltar que todos os profissionais têm experiência em educação em saúde na temática da sexualidade. Não poderíamos deixar de, envaidecidamente, homenageá-los neste momento, vislumbrando a criação da foto da capa, de modo que esta pudesse expressar, por meio de imagens, a forma especial de ser da pessoa

¹ Professora de biologia do INES desde 1985. Pós-Graduada em psicomotricidade e magistério na área da surdez. Mestre em ensino de ciências da saúde e do meio ambiente.

² Professora de biologia do INES desde 1982. Pós-Graduada em magistério na área da surdez. Mestre em ensino de ciências da saúde e do meio ambiente. Doutoranda em educação, difusão e gestão em biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ.

surda, como ela percebe e fala a realidade, como ela está no mundo. Procurou-se retratar os diferentes olhares sobre a surdez, a educação de surdos, a educação da mulher, a sexualidade da mulher, a diversidade racial e cultural e as novas conquistas no tempo histórico. Enfim, mostrar o que a pessoa surda traz em sua essência, seus sentimentos, valores e crenças, sua linguagem interior tão ricamente expressa pelo seu olhar, pelo seu corpo, pelas suas mãos, pela sua língua: a Língua de Sinais. A foto da capa também pretende retratar o engajamento da comunidade surda nos movimentos sociais de discriminação do surdo, da mulher, do negro, procurando contribuir com a visibilidade destes sujeitos multifacetados na sociedade atual.

Para ilustrar os diferentes olhares e as novas conquistas ao longo do tempo, ressaltamos a evolução das concepções sobre a surdez, a pessoa surda, a educação e a sexualidade das mulheres com um trecho do *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos* escrito por Tobias Leite em 1881, então diretor do Instituto dos Surdos-Mudos (o INES).

A surda- muda não educada não causa à família e a sociedade os males que causam os surdos mudos. A razão é óbvia: criada no aconchego da família da qual nunca se afasta, habituada desde tenra idade aos misteres e trabalhos domésticos, contida até certo ponto pelos exemplos das pessoas do mesmo sexo, da mesma idade, não afronta a moral, não ataca a propriedade, nem se entrega aos vícios. Mas seus direitos à instrução, iguaes aos do sexo masculino, a sensualidade precoce a activíssima inerente a surdo-mudez, e mais que tudo, a sua missão de futura mãe fazem de sua educação uma necessidade imperiosa. [...] Como preparatório lembro a inclusão nos programas das escolas normaes para professoras do ensino dos methodos para educar surdas-mudas, e a diffusão em larga escala de livros elementares que habilitem as mães e a qualquer pessoa de boa vontade a iniciar a instrucção dessas infelizes. (LEITE, 1881)

Como se pode constatar, houve grandes conquistas no sentido da emancipação social da pessoa surda, mas ainda temos muitos desafios. O ensino bilíngue e a LIBRAS estão presentes nas leis e políticas públicas para a educação de surdos. Temos muitos profissionais surdos atuando em todos os segmentos escolares do INES e em outras instituições de educação. As escolas de educação básica e as universidades começam a se preparar para receber os alunos surdos com a contratação de profissionais surdos para o ensino da LIBRAS e também de tradutores-intérpretes da LIBRAS e língua portuguesa. Contudo, muitos são os desafios; ainda temos muitas lutas e discussões, a legalização profissional e a capacitação dos tradutores-intérpretes de LIBRAS-língua portuguesa, a capacitação destes profissionais e dos professores, e a elaboração de projetos político-pedagógicos, bem como ações que efetivamente contribuam para a inclusão social e educacional dos diferentes sujeitos surdos, e ainda o surdo-cego e os surdos com outras possibilidades associadas.

Por todas as razões anteriormente citadas, criou-se uma foto na capa do manual *Sinalizando a Prevenção das DST/AIDS*, onde aparecem dois profissionais surdos que trabalham no NOSS – uma mulher negra e um homem branco, jovens, abraçando-se, entreolhando-se; suas mãos repousam em seus corpos, sinalizando: “Eu te amo”. Também ao final do manual há um pôster a ser destacado. Nele aparece quase a mesma imagem, porém no dedo polegar de uma das mãos da mulher está posta uma camisinha masculina e ele corresponde ao sentimento dela dizendo que também a ama. Essas imagens, da capa e do pôster, desvelam representações e significações, sentimentos, crenças, valores e informações relacionadas à inclusão racial e linguística, discussão de gênero, protagonismo social e prevenção, procurando ainda sensibilizar a comunidade surda, para que os surdos se vejam atores de sua história, da história dos surdos, da história da humanidade; se encorajem a construir seus projetos de vida e a acreditar e ir em busca de seus sonhos, de seus direitos, com autoconfiança, esperança, fé e atitudes conscientes e responsáveis.

Este manual, *Sinalizando a Prevenção das DST/AIDS*, que será disponibilizado à comunidade surda e aos profissionais da educação e da saúde, foi elaborado pela equipe do Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo, o NOSS. Este núcleo desenvolve um projeto de Educação em Saúde no INES e tem como objetivo a inclusão social através da acessibilidade e equidade nas áreas da educação e da saúde, contribuindo para o exercício da cidadania e a emancipação social da pessoa surda.

Entende-se que o processo de inclusão social da pessoa surda significa dar-lhe visibilidade e condições de participação comunitária através do oferecimento de oportunidades, da eliminação de barreiras e do desenvolvimento de competências, valorizando as suas potencialidades.

As ações do NOSS estão voltadas para a promoção integral da saúde de crianças, adolescentes, jovens e adultos surdos sob uma abordagem holística da saúde, isto é, considerando-se as dimensões biopsico-socioculturais e espiritual. Este último aspecto, no sentido de contribuir na reflexão sobre as relações homem-natureza e homem-sociedade, busca contribuir na ressignificação de *ser humano*, fundamentada nos princípios da ética, da honestidade, do respeito, da justiça, do amor, da solidariedade, da cooperação, do convívio social saudável e em copertinência com a natureza.

Sua origem se remete a uma atividade extracurricular desenvolvida inicialmente pela prof.^a Regina Célia, que sensibilizou e convenceu a equipe da Fundação Roberto Marinho a permitir a participação do INES no Projeto Ciranda da Ciência, um projeto de iniciação científica para alunos de ensino fundamental, 2.º segmento, promovido por essa Fundação em parceria com a Hoescht. O projeto consistia na seleção e apresentação dos melhores trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos de escolas públicas de cada estado do Brasil. Dentre os inscritos, os trabalhos do INES foram selecionados entre as escolas do estado para representar o Rio de Janeiro por vários anos, de 1989 a 1994 na Mostra Nacional da Ciranda da Ciência, no SESC, em São Paulo, cujo público-alvo era a comunidade do bairro de Pompeia. Em 1994

foi realizada a última participação de nossos alunos com o trabalho sobre AIDS, que culminou com a criação da Oficina de Saúde no INES. Como houve uma ampliação de nossas ações, ultrapassando as portas da Instituição, isto é, formando-se parcerias também com profissionais e instituições ligadas à saúde, deixou de ser somente um projeto pedagógico com atividades extracurriculares para os alunos do CAP; logo, em final de 2004, foi criado o Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo (NOSS).

Apesar de tratar de diversos temas da saúde, o foco principal do Núcleo está na temática da saúde sexual e reprodutiva. Aos alunos de ensino fundamental e médio são oferecidas informações sobre sexualidade e espaços de discussão, reflexão e atividades interativas que levam o aluno ao questionamento sobre valores, posturas e tabus referentes a relacionamentos e comportamentos sexuais. Desta feita deseja-se auxiliá-los na construção de uma visão positiva da sexualidade, no desenvolvimento de uma comunicação clara nas relações interpessoais, na elaboração de seus próprios valores a partir de um pensamento crítico e questionador, como também, na tomada de decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual atual e futura. Outros temas foram discutidos, como alcoolismo, drogas, nutrição, doenças sexualmente transmissíveis, diabetes, câncer e doenças epidêmicas como a dengue e a gripe suína. Também abordamos conceitos de anatomofisiologia celular, do sistema imunológico e sanguíneo, conhecimentos importantes para compreensão do desenvolvimento dessas doenças. Todos esses temas são tratados em palestras, murais, cursos e no atendimento individual.

As ações do NOSS estão fundamentadas na filosofia educacional bilíngue e na abordagem sociointeracionista de Vygotsky; então os aspectos culturais, linguísticos, afetivos e identitários norteiam nossas atividades pedagógicas.

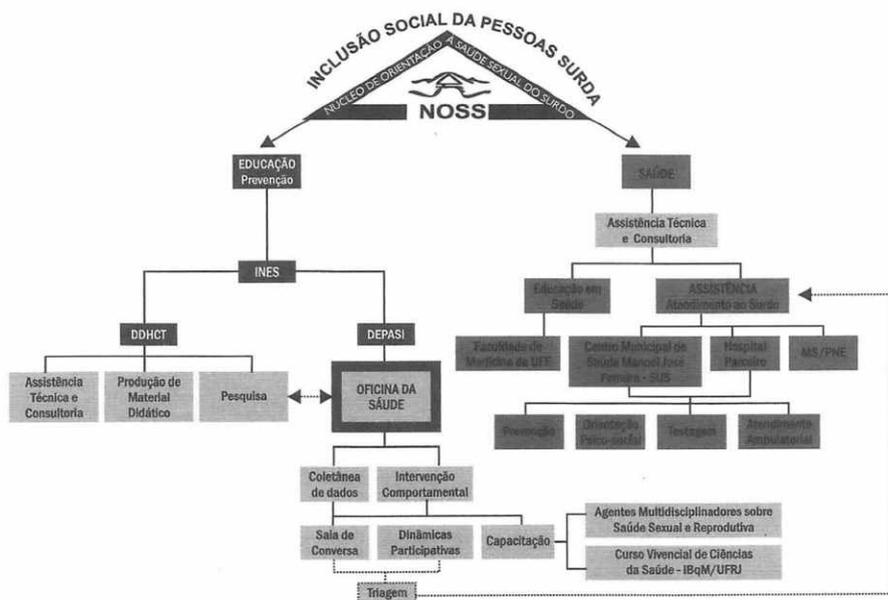
Na metodologia da orientação sexual, todo o processo de construção e reconstrução do conhecimento é mediado pelo par competente, os assistentes educacionais surdos, preferencialmente bilíngues, do sexo feminino e masculino. Estes profissionais têm uma grande relevância na abordagem metodológica do Núcleo. Desempenham vários papéis, todos de fundamental importância. Assim como nas políticas públicas de saúde, o NOSS, desde sua atuação original (1994), tem como princípio filosófico a efetiva participação de membros da comunidade-alvo na sua equipe de profissionais. O sujeito surdo é ator no processo de promover educação em saúde. Este engajamento propicia a cumplicidade, o comprometimento da própria comunidade. Os alunos surdos se reconhecem em seus pares, favorecendo a credibilidade e a confiança no serviço prestado e na equipe que desenvolve o trabalho. Além disso, os educadores surdos se apresentam como modelos emancipados de surdos jovens e adultos, como agentes multiplicadores de informações, como pares competentes que oferecem degraus facilitadores no processo de construção de conhecimentos e de ressignificações de conceitos e valores, por meio da dialogicidade promovida pela tríade professor ouvinte/educador surdo/ aluno surdo. O profissional surdo utiliza-se da sua própria trajetória e experiências de vida, mostrando-se como ser humano, com dificuldades e potencialidades, erros e acertos, sem respostas prontas, mas com conhecimento e acolhimento.

Estas interações entre alunos surdos e educadores surdos propiciam, também, uma contribuição na construção da identidade e cultura da pessoa surda.

As professoras de biologia especializadas na área da surdez e no ensino de ciências da saúde e do meio ambiente, com olhar de pesquisadoras, coordenam e orientam todas as atividades. A análise, avaliação e reformulação das atividades são discutidas por toda a equipe. As professoras também são responsáveis pela capacitação, em serviço, dos profissionais surdos. A convivência diária entre os profissionais surdos e ouvintes, aliada ao longo tempo de atuação das professoras em atividades didáticas com os alunos surdos, enriquece e amplia a construção de metodologias e materiais especializados, visto que se une aos saberes e às experiências pedagógicas das professoras e dos educadores surdos a forma peculiar de ser da pessoa surda e de perceber e interpretar a realidade que fundamentalmente se dá por meio da cognição visual, o que deu origem à criação de uma língua espaço-visual, a Língua de Sinais.

Além disso, ao capacitar os educadores surdos, estamos propiciando a ressignificação de suas representações sociais sobre saúde, doença, sexualidade, sexo, gênero, violência e outras concepções, promovendo um novo olhar sobre a sua prática pedagógica e a constante reconstrução da mesma.

A ampliação das ações do NOSS ocorridas na trajetória da educação em saúde levou-nos a construir um organograma e fluxograma, objetivando dimensionar as ações e o funcionamento do núcleo, conforme mostrado a seguir.



O NOSS tem duas vertentes de atuações: uma na área da educação e a outra na área da saúde.

Na área da educação o núcleo desenvolve três ações: **produção de material didático, oficina de saúde e capacitação.**

Dentre os materiais didáticos elaborados pelo Núcleo foram publicados pelo INES: dois filmes – *Você sabe o que é AIDS?* em parceria com o Projeto Sinais de Vida da UERJ (1998) e *Sinalizando a sexualidade* (2005). E o terceiro filme encontra-se em fase de construção. Este trata da temática de aleitamento materno. Os filmes apresentam uma abordagem bilíngue, portanto, podem ser utilizados tanto com surdos quanto com ouvintes. Os atores são surdos e usam LIBRAS, há legenda e áudio. A fim de atender também o público de baixa visão ou cego, pretende-se incluir, no futuro, a audiodescrição.

Além dos filmes foram publicados o manual *Surdo sabe o que é AIDS?*, em parceria com o Projeto Sinais de Vida da UERJ (1998), e dois livros didáticos: *Vivendo Ciências* (2007) e *Sinalizando a prevenção das DST/Aids* (2008).

Na educação, as ações pedagógicas sobre a temática da sexualidade são desenvolvidas pela Oficina de saúde, que tem o objetivo de promover a saúde integral, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva, reduzindo os riscos aos quais a população surda encontra-se mais exposta, como gravidez precoce e/ou indesejada, DST/Aids e as diferentes formas de violência. A vulnerabilidade desta comunidade é decorrente das barreiras linguísticas impostas, pois grande parte das campanhas e informações sobre saúde são veiculadas em língua portuguesa, e a maioria dos surdos não tem domínio instrumental da mesma. Também são realizadas palestras e *workshops* sobre temas variados relacionados à saúde, como já dito anteriormente.

A Oficina de saúde atende aos alunos do Colégio de Aplicação do INES, dando prioridade àqueles com idade a partir de dez anos. Esta faixa etária, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), caracteriza o início da população jovem. Até o momento nossas ações estão voltadas aos estudantes do 1.º ano do ensino fundamental até o ensino médio. Pretende-se, no futuro, desenvolver atividades com as crianças da educação infantil e com os alunos dos cursos profissionalizantes da Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (DIEPRO) que são oriundos da comunidade surda em geral. A Oficina promove atividades de *intervenção comportamental* em espaços de acolhimento e reflexão, tais como:

- Sala de conversa – espaço onde o surdo expõe suas dúvidas e vivências problematizadas para o profissional de sua escolha, podendo ser as professoras ou os educadores surdos. Cabe ressaltar que os profissionais surdos recebem a maior demanda de atendimentos. Os dados são anotados em um formulário próprio para registro desse atendimento. Na maioria das vezes os alunos solicitam esclarecimentos/informações sobre a temática da sexualidade. O atendimento é realizado individualmente ou em pequenos grupos. Os alunos recebem a orientação conforme a sua necessidade. Há casos especiais que necessitam de um atendimento sistematizado por um período mais longo. Como exemplo tem-se o caso de um aluno cuja problemática foi trazida ao NOSS por sua mãe, que já havia esgotado todos os recursos para orientar seu filho a lidar com a diabetes instalada desde a mais tenra infância. O primeiro passo da equipe foi estudar o assunto. Isto é

feito por meio de textos, imagens e filmes selecionados na internet e/ou em livros. As professoras e os assistentes educacionais interagem para construir os novos conhecimentos. Após esta aprendizagem traça-se um programa de orientação ao aluno. Quando o caso é levado ao NOSS por um familiar ou professor, há uma fase de *sedução*, ou seja, o profissional surdo passa a criar encontros ocasionais com o aluno, objetivando um primeiro contato casual, parecendo despretenso, porém cheio de intenções, cujo objetivo é despertar no aluno a vontade de receber apoio e orientação do Núcleo. Depois de alguns encontros, verifica-se o momento certo, ou seja, quando a confiabilidade foi instaurada, para falar especificamente sobre a problemática. A partir desse momento, se for *desejo do aluno, vamos atendê-lo* periodicamente, oferecendo-lhe todas as informações sobre o assunto: o que é, como tratar e como reduzir os danos causados pela doença, até que seja negociado o término do atendimento.

Outros casos necessitam de encaminhamento à Direção do Colégio de Aplicação para estudo e acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Outros são casos para encaminhamento ao Centro Municipal de Saúde, objetivando o atendimento ambulatorial.

Há casos e temas trazidos pelo professor da turma. Geralmente se cria uma dinâmica de grupo sobre a temática apontada pelo professor e esta poderá ser aplicada em todas as turmas do segmento escolar.

Em todos os casos anteriormente citados mantemos contato com professores, inspetores, pais e outros envolvidos para acompanhamento e avaliação dos resultados de nossas ações. Este procedimento vai gerar novos subsídios para reestruturação do atendimento.

Outro espaço de reflexão sobre ideias, atitudes e valores são as *dinâmicas participativas*, em que são oferecidas dinâmicas de grupo, *workshops* e palestras para todos os alunos do CAP-INES, desde o ensino fundamental ao ensino médio.

As dinâmicas de grupo são realizadas turma a turma, e os temas são determinados pelo NOSS, baseando-se nas temáticas levantadas nas salas de conversa, apontados por professores, assistentes de alunos (inspetores) ou assistentes educacionais surdos, conforme as necessidades do grupo ou, ainda, trazidas pelos pais. Selecionado o tema, a equipe faz uma pesquisa em manuais de dinâmicas de grupo e as realiza com jovens que ouvem. Faz-se uma adaptação ou cria-se uma nova atividade. Elaboram-se o planejamento da atividade e os materiais didáticos necessários. Podem ser utilizados filmes, *datashow* criado pela equipe, peças anatômicas, materiais elaborados pelo NOSS ou os que são utilizados com o público em geral. Quando há exposição do conteúdo sistematizado em *datashow* (com imagens, movimentos e língua portuguesa), esta é precedida de ensino vivencial.

Todas as atividades são planejadas e desenvolvidas, respeitando-se a faixa etária e o nível de maturação de cada turma. No desenvolvimento da dinâmica o educador surdo é o facilitador, cabendo às professoras a observação do discurso dos alunos e

a percepção dos seus sentimentos e valores. Tudo é anotado num diário de campo. Quando é necessário, a professora faz uma intervenção.

Os *workshops* são atividades interativas que tratam de temas específicos. Como exemplo tem-se a *Oficina de sexo seguro*, que trata do uso correto das camisinhas feminina e masculina e das relações e negociações entre os parceiros. As discussões também são mediatizadas pelo educador surdo.

As palestras são realizadas no auditório para um determinado segmento escolar e contam com a presença de profissionais parceiros como médicos, enfermeiros, alcoólicos anônimos e a psicóloga do INES. Sempre com a presença do tradutor-intérprete de LIBRAS/LP.

As situações-problemas manifestadas pelos alunos durante as atividades de intervenção são analisadas e, quando necessário, encaminhadas para sociodiagnóstico e atendimento ambulatorial no posto de saúde conveniado.

Além do desenvolvimento de atividades pedagógicas, no espaço físico do NOSS seus profissionais e seus materiais ficam à disposição dos alunos de segunda a sexta-feira, manhã e tarde, e quarta-feira, tarde e noite, para visita, esclarecimento de dúvidas e manuseio de materiais. A sala do NOSS está localizada no prédio central do INES, bem próxima às salas de aula, facilitando o acesso dos alunos.

Também foram realizadas reuniões e palestras para os pais sobre sexualidade, com a colaboração da psicóloga Roberta Pinheiro, da Divisão Psico-Sociopedagógica do INES.

Ainda na vertente da educação, o NOSS oferece *capacitação para surdos*, com o curso de agentes multiplicadores de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. Este curso é oferecido para profissionais surdos e para alunos de 8.º e 9.º ano do EF e do EM do INES e de outras instituições do território nacional. Este curso foi produto final da dissertação de mestrado em ensino de ciências da saúde e do meio ambiente, desenvolvida pela Professora Regina Célia, Coordenadora do NOSS. A carga horária do curso é de quarenta horas, distribuídas em uma semana. O programa do curso inclui os seguintes conteúdos: sistemas reprodutores, feminino e masculino: anatomia e fisiologia; os fenômenos biológicos e psicológicos que envolvem a fase da puberdade; ovulação, menstruação, gravidez, ejaculação; métodos contraceptivos; DST/AIDS; mitos e crenças referentes à sexualidade, orientação sexual e discriminação e, por fim, postura do agente multiplicador, ética, respeito e sigilo. Antes de iniciarmos as atividades didáticas do curso, é aplicado um pré-teste e ao final do curso um pós-teste, ambos em LIBRAS e língua portuguesa. Neles constam perguntas de múltipla escolha, objetivando verificar se o aluno está capacitado para ser um agente multiplicador. Aqueles alunos que não alcançam os objetivos do curso recebem uma declaração de participação. Este curso é oferecido gratuitamente a todas as instituições que encaminharem seu pedido ao INES, via ofício dirigido à Direção-Geral.

Os profissionais do NOSS também desenvolvem estudos e pesquisas como: *Sinalizando a sexualidade*: uma proposta pedagógica de intervenção na comunidade surda, *Percepção das pessoas com deficiência sobre a acessibilidade do encontro*

com *profissionais da saúde*: a acessibilidade percebida no encontro entre surdos e profissionais da saúde, em colaboração com a UFF, e *Projeto de inclusão*: curso experimental de ciências da saúde para surdos, com o IBqM/UFRJ.

O NOSS presta assistência técnica a outras instituições, apresentando a abordagem de educação em saúde desenvolvida no INES. Neste sentido também atua no Curso de Capacitação de Professores dos Anos iniciais do Ensino Fundamental que é realizado no INES.

Também oferece estágio a surdos de ensino médio e de graduação em biologia e capacitação técnica a graduados.

Na área da saúde a atuação do NOSS é fundamental em função da precariedade de assistência em serviços que atendam às necessidades especiais do surdo nas questões relativas à saúde reprodutiva (gravidez precoce e planejamento familiar) e práticas sexuais seguras. Consta-se que esses serviços não apresentam profissionais preparados para lidar com a comunidade de surdos que, na grande maioria, não têm domínio da língua portuguesa. Em consequência disto, há uma deficiência no atendimento à comunidade surda, comprometendo a saúde e a recuperação dos indivíduos afetados pelas DSTs, em especial pela infecção do HIV.

Na vertente da saúde o NOSS tem três ações: assistência, capacitação e assessoria técnica.

Na assistência temos, desde 2005, parceria com o Centro Municipal de Saúde Manoel José Ferreira, no Catete. Este centro oferece atendimento ambulatorial e participação dos adolescentes e jovens surdos nos projetos de prevenção de DSTs e planejamento familiar. Além disso, houve a realização de palestras para alunos de nossa escola.

A atuação do NOSS junto à equipe dos profissionais do Centro Municipal de Saúde acontece através de assessoria técnica e acompanhamento dos casos encaminhados.

Na capacitação nossos alunos participam, semestralmente, de um curso oferecido pelo Instituto de Bioquímica Médica do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, cujo objetivo é promover a inclusão científica e tecnológica de nossos alunos através do aprendizado vivencial do método científico e de temas de biociências e, ainda, dos recursos tecnológicos disponíveis. Além disto, o IBqM oferece, para dois alunos que se destacarem no curso, um estágio em seus laboratórios, participando das pesquisas desenvolvidas pelo Instituto.

Esta parceria foi firmada através de um acordo de cooperação técnica entre a UFRJ/IBqM e o INES/NOSS, tendo em vista o interesse da cientista Prof.^a Dra. Vivian M. Rumjanek em adaptar o Curso de Ensino de Ciências Experimental do Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências, criado e coordenado pelo Prof. Dr. Leopoldo Meis, voltado para professores e alunos de ensino médio. Este curso visa desmitificar o ensino de ciências, de acordo com o lema *aprendendo ciência com quem faz ciência*. Em outubro de 2005 foi realizado um curso piloto cujo tema foi *O sistema imune na saúde e na doença*, para profissionais surdos e ouvintes da equipe do NOSS. Este curso foi ministrado pela Dra Vivian M. Rumjanek e pela doutoranda

Sandra R. Mascarenhas, objetivando a adaptação do curso para os alunos surdos. Em 2006 realizamos o primeiro curso para profissionais surdos e ouvintes (professores e assistentes educacionais) e alunos de ensino médio com o mesmo tema. Em 2007 realizamos o segundo e o terceiro curso, cujo tema foi *Medicamentos x Câncer*. Em 2008, mais dois cursos: *Coagulação: por que paramos de sangrar?* e *DNA*. E em 2009 também *DNA*.

O desempenho e a participação positiva dos alunos surdos nos cursos do IBqM garantiram a permanência das vagas para estágio e a criação, em 2009, do primeiro Curso de Extensão em Biociências para Surdos. A ampliação de oportunidades de acesso à universidade oferecidas pelo referido Instituto, cuja abordagem em educação científica visa incluir o surdo em uma sociedade mais tecnológica, é viabilizada através:

- da criação e implantação de cursos de férias, numa abordagem experimental para o ensino de ciências para alunos surdos do ensino médio;
- do oferecimento de estágios em laboratórios de pesquisa científica do Instituto de Bioquímica da UFRJ para estudantes surdos, capacitando-os para a rotina do trabalho em laboratório e futura inserção neste mercado;
- da criação e implantação de um curso para a formação de jovens surdos em técnico de laboratório de nível médio;
- e do desenvolvimento de estudo sobre a criação no INES de um campus avançado da UFRJ, oferecendo um curso universitário para a formação de pesquisadores em biociências.

Nesse contexto, o Instituto de Bioquímica Médica possui grande experiência no oferecimento do ensino associado à pesquisa; desta forma o aluno aprende a buscar a solução de problemas, procurando caminhos e modificando, rapidamente e sempre que necessário, as abordagens empregadas. Este comportamento é importante não só na ciência, mas na sua atitude frente à vida atual, o que vem ao encontro das ações do NOSS e das necessidades de nossos alunos para o enfrentamento das situações cotidianas.

Na assessoria técnica a profissionais da saúde, desde 2006, o Núcleo atende às solicitações da Professora Dra. Luiza S.M.da Costa, da Universidade Federal Fluminense, atuando no Curso de Medicina e de Enfermagem da UFF, ministrando palestras sobre educação em saúde, sexualidade e surdez no componente curricular Saúde e Sociedade III, como também recebendo a visita dos estudantes de Medicina ao Núcleo. Nesta oportunidade realizamos uma oficina que simula situações reais de enfrentamento da relação médico-paciente surdo, retratando os diferentes sujeitos surdos: os que se comunicam em LIBRAS, em língua portuguesa, os bilíngues e os que usam gestos naturais.

Considerações finais

A visão de saúde do NOSS é sob o prisma do bem-estar físico, emocional e social, e sob estes aspectos a saúde sexual está inserida num contexto genérico de saúde, per-

passando não só pela ausência de doença, mas pelas condições de vida geradas pela desigualdade social e repercutindo na saúde das pessoas. O desemprego, os baixos salários, as dificuldades de acesso ao lazer e à cultura, a má nutrição, a ausência de condições básicas de moradia e higiene, e o baixo nível de escolaridade são fatores que interferem no bem-estar do ser humano e podem gerar o *stress*, a ansiedade, a insatisfação, a frustração e a baixa autoestima e, conseqüentemente, podem afetar o pleno funcionamento do organismo, logo, também a sexualidade.

O projeto de inclusão social da pessoa surda apresentado visa abordar dois aspectos: o direito à informação e o acesso à saúde na temática extremamente sensível da saúde sexual e reprodutiva (sexualidade e de doenças sexualmente transmissíveis) e a abordagem do ensino informal da educação científica na área da saúde.

Considera-se ser necessário ampliar os conhecimentos da pessoa surda, para que ela tenha condições de compreender e analisar, em sua complexidade, os acontecimentos do cotidiano e os impactos causados por suas ações em sua vida. Desta forma pretende-se contribuir na melhoria da qualidade de vida na dimensão individual e coletiva, e na formação de uma consciência responsável pela construção de uma sociedade saudável. Isso seria possível através de uma maior acessibilidade às informações sobre a saúde sexual e uma inserção da pessoa surda na discussão dos problemas sociais referentes à saúde do surdo, como também na elaboração de ações participativas comunitárias e em políticas públicas como ocorreu, recentemente, a participação do NOSS na elaboração do pioneiro Projeto Aids e Deficiência, do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde.

No entanto, de nada servirá essa conscientização, se não for oferecido à comunidade surda acesso ao atendimento especializado nos serviços de saúde, envolvendo intérpretes treinados para esse fim, capazes de inspirar confiança no paciente surdo, para que este possa se abrir, fornecer informações e fazer questionamentos nessa área tão sensível e de foro íntimo que é a sexualidade. Criar um curso de LIBRAS específico para profissionais da saúde e um glossário LIBRAS/ LP com os principais sinais utilizados numa consulta também são ações previstas para efetivar esta acessibilidade. A desinformação dos surdos e o despreparo da sociedade para lidar com eles tem como consequência o comprometimento da própria saúde ao apresentarem um alto risco de contaminação de DST/Aids e de propagação do vírus HIV e de outras epidemias.

No segundo aspecto são oferecidas aos alunos surdos condições de desenvolverem o pensamento, o raciocínio, a criatividade e a capacidade de questionar, buscar soluções, de mudança e adaptação, bem como oportunidades para que sejam apresentados à ciência como um processo e não um produto, e a eventual descoberta de novos talentos através dos cursos de férias, estágios em laboratórios com cientistas altamente qualificados, pela confiança em que, melhor qualificados em um campo de atividade em que existe carência em nosso país, esses indivíduos terão maiores possibilidades de inclusão em uma sociedade cada vez mais tecnológica.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. C. N. de. Entrevista: NOSS-Núcleo de Orientação à Saúde Sexual do Surdo. *Revista Arqueiro*, INES, Rio de Janeiro, v. 10/11, p. 56, jan./jun., 2005.

BOURDIEU, P. “Juventude” é apenas uma palavra. In *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marca Zero, 1983.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BULHÕES, P. A. Sinalizando a Sexualidade: uma proposta pedagógica de intervenção na comunidade Surda. Rio de Janeiro, 14 a 16 de setembro de 2005. *Anais do Congresso Surdez e Universo Educacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Estudos e Pesquisas do INES, 2005.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In *Comissão Nacional de População e Desenvolvimento*. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas, v. 1. Brasília: CNPD, IPEA, 1998.

_____ et al. *Jovens brasileiros: sexualidade, gravidez e Aids*. Fev. 2003 [no prelo].

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. da. *Juventudes e Sexualidades*. Ministério da Educação e Cultura/Coordenação Nacional de DST/AIDS/Secretaria Especial de Políticas para as mulheres/Instituto Ayrton Senna. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

_____; _____. *Por um novo paradigma do fazer política: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003 a.

_____. Produção político-cultural de sexualidade, violência contra as mulheres e o caso da jovem. *Revista Mátria: A emancipação da mulher*. Confederação Nacional dos trabalhadores em Educação, ed. especial, 2003 b.

COSTA, L. S. M. Determinantes primários do comportamento. In material didático de apoio à disciplina Saúde e Sociedade III dirigida ao curso médico da Universidade Federal Fluminense, 14 p., 2006 [mimeo]. Instituto Nacional de Educação de Surdos.

_____. A educação em saúde e suas versões. In material didático de apoio à disciplina Saúde e Sociedade III dirigida ao curso médico da Universidade Federal Fluminense, 6 p., 2006 [mimeo].

_____. Percepções cotidianas da saúde e da doença. In material didático de apoio à disciplina Saúde e Sociedade III dirigida ao curso médico da Universidade Federal Fluminense, 5 p., 2006 [mimeo].

DECLARAÇÃO DE ADELAIDE. Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Adelaide, Austrália, 5-9 abr. 1988.

EQUIPE NOSS, Sinalizando a Sexualidade. Material técnico-pedagógico. In: *Revista Espaço*, informativo técnico-científico do INES. Rio de Janeiro: n. 23, p. 89, 2005.

FERNANDES, E. *Linguagem e Surdez*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

_____.; CORREA, C. M. C. Bilingüismo e surdez: a evolução dos conceitos no domínio da linguagem. In FERNANDES, E. (Org.). *Surdez e Bilingüismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 7-25.

FERRARI, M. F.; ALMEIDA, R. C. N. de (Coord.). Sinalizando a Sexualidade. *Revista Fórum/INES*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 28-32, jul./dez., 2005.

FOUCAULT, M. *A história da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

FREITAS, M. T. A. *Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1995.

LEITE, T. *Compêndio para o ensino dos surdos-mudos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C., publicada por ordem do Barão Homem de Mello - Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1881.

LOPES, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

MOREIRA, S. Z. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. In SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: UNESCO, Cortez, 1999.

MOSCOVICI, S. *Núcleo central de representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

NOLASCO, S. A. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, M. K. de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento num processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1993.

PAIVA, V. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescente para prevenção do HIV/AIDS. In PARKER, R.; BASTOS, C.; GALVÃO, J.; PEDROSA, J. S. (Org.). *A AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1994.

PARKER, R.; GALVÃO, J. *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, 1996.

_____. O estigma e a discriminação relacionada ao HIV/AIDS. In *Boletim ABIA* maio/agosto, n. 48, 2002.

SKLIAR C. (Org.). *Atualidades da Educação Bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VALLA, V.V.; STOTZ, E. N. (Org.). *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. et al. (Org.). *Saúde e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Educação em saúde para a comunidade surda

Luiza Santos Moreira da Costa¹

O trabalho desenvolvido na Universidade Federal Fluminense relacionado à pessoa surda vem se tornando consistente desde 2005, quando foi criado o projeto de extensão *Sensibiliza*, que em fins de 2006 se transformou em Grupo de Trabalho, do qual participavam professores de diversas áreas, técnico-administrativos e estudantes com e sem necessidades educacionais especiais; e, em 2008, *Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF*.

Ao longo desses anos, a participação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, principalmente através do Núcleo de Orientação à Saúde do Surdo, assim como de outras escolas especiais, escolas regulares, associações e organizações não governamentais de e para pessoas com deficiência, foi decisiva. No INES, mais que parceiros, encontrei amigos e agradeço o carinho com que tanto eu quanto os estudantes da UFF somos recebidos. Quais foram os frutos dessas parcerias?

Curso de graduação em medicina - duas disciplinas foram contempladas com a abordagem da surdez: Trabalho de Campo Supervisionado I, prática, em que estudantes do segundo período leem textos que abordam diversos aspectos da surdez e da pessoa surda e visitam o INES. No último semestre, além de terem tido a oportunidade de conversar com os assistentes educacionais do NOSS, participaram da prova didática para professor de Libras; Saúde e Sociedade III, teórica, dirigida ao terceiro período. Além de aprenderem sobre a estrutura da Língua Brasileira de Sinais e assistirem a vídeo com demonstração de sinais relativos ao corpo humano e sexo, tomam parte em representações, no papel de médico, enquanto assistentes educacionais do NOSS se revezam no papel de pacientes, demonstrando diferentes formas de comunicação da pessoa surda. No semestre passado essa disciplina foi também oferecida ao 6.^o período, para turma que não havia tido essa matéria.

Curso de graduação em enfermagem – O NOSS participou de uma das aulas da disciplina Introdução à Saúde Pública.

Licenciatura em Educação Física – foi criada a disciplina Tópicos Especiais em Inclusão Social. Embora optativa, todos os estudantes acabam cursando-a. No segundo semestre de 2008 contamos com a participação da Prof.^a Carmen Capitoni como palestrante e recebendo os estudantes no INES, ocasião em que os alunos do curso puderam observar uma aula de educação física.

¹ Médica com doutorado em psicologia / UFRJ. Atua, principalmente, nos temas: educação médica e inclusão social.

Pesquisa – três pesquisas foram realizadas e quatro trabalhos apresentados em Congressos no ano de 2008: 1) *Abordagem do tema Deficiência na Literatura Médica*; 2) *Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência: a teoria na prática*; 3) *Desenvolvendo habilidades de comunicação dos estudantes de medicina com pessoas surdas e com dificuldade de articulação da fala: relato de experiências*; e 4) *Percepção das pessoas com deficiência sobre a acessibilidade no encontro com profissionais de saúde: a acessibilidade percebida no encontro entre surdos e profissionais de saúde*. Este último, resultado de pesquisa conjunta com o INES, foi divulgado no 46.º Congresso Brasileiro de Educação Médica; VII Congresso Internacional e XIII Seminário Nacional do INES; e no Congresso Brasileiro de Clínica Médica. O artigo apresentando os resultados dessa pesquisa acaba de ser publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, volume 7, n.3.

Hospital Universitário Antonio Pedro – estão previstas duas ações com início no mês de agosto próximo:

Curso de capacitação de funcionários do HUAP: Atendimento ao cliente na instituição hospitalar. No módulo *As dimensões do atendimento* serão abordados aspectos do atendimento ao paciente surdo, em duas aulas dirigidas a duas turmas no segundo semestre de 2009. Também participarão desse curso assistentes educacionais do NOSS.

Curso de Libras dirigido a funcionários do HUAP.

Intermediação entre o NOSS e a Coordenação de AID do HUAP.

Vestibular – Desde o vestibular 2008, realizado no final de 2007, assessoramos a Coordenadoria de Seleção (COSEAC) quanto à acessibilidade de estudantes com necessidades educacionais especiais (estudantes com deficiência, autismo, TDAH e dislexia). No vestibular de 2009 foram indicados, pela APADA-Niterói, três intérpretes para atender a candidatos surdos.

Eventos – Durante eventos gerais da universidade, como *Agenda Acadêmica*, no final de cada ano, e *Acolhimento Estudantil*, evento de recepção a todos os calouros nos dias de matrícula, procuramos trazer discussões a respeito da acessibilidade como garantia de permanência do estudante com deficiência, assim como contamos com a presença de pessoas surdas, interagindo com os presentes. Em 2008 tivemos a presença de Helena Dale Couto, diretora do Centro de Produção de Legendas, Maria Heloísa S. M. Gomes, representante do movimento *Legenda Nacional - legenda para quem não ouve, mas se emociona*, e Marcus Duarte, tradutor cinematográfico e legendador, no *Encontro de cinema sobre filmes legendados e com audiodescrição*, realizado no Instituto de Artes e Comunicação Social. Está previsto, ainda para este ano, o evento *Mídia e acessibilidade*.

Cadernos de Acessibilidade – publicação do Sensibiliza UFF distribuída aos coordenadores de curso de graduação e pós-graduação, com orientações quanto à abordagem de estudantes com deficiência e à legislação pertinente.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Sensibiliza UFF - aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 1.º de outubro de 2008, com o objetivo de implantar uma política inclusiva na Universidade Federal Fluminense em relação a pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Censo - de estudantes e professores com deficiência. No segundo semestre de 2009 teve início censo para que se saiba quantos e quem são os estudantes com deficiência na UFF. No final do ano será a vez de iniciarmos o censo de professores. O recenseamento será semestral, para os estudantes, e anual para os professores.

Concursos – No primeiro semestre de 2009 foi realizado concurso para professor de LIBRAS, cumprindo com a determinação da obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS nas Licenciaturas. As aulas, com início no primeiro semestre de 2010, se estenderão ainda para os outros cursos, em caráter optativo. Em junho último foi realizado concurso para *intérprete/tradutor de LIBRAS*.

Apesar do que já foi feito, há ainda muito a fazer. O que importa é que a Universidade Federal Fluminense está seguindo na direção da inclusão e em um caminho sem volta.

Participação dos alunos, dos profissionais e da família na gestão escolar

Ney Luiz Teixeira de Almeida¹

Um dos maiores desafios postos na atualidade para aqueles que de alguma forma se vinculam ao campo educacional é, indubitavelmente, o da gestão escolar sob uma perspectiva democrática de fato. Muito embora sejam muitos os avanços já experimentados nesse campo e, em particular, no que diz respeito à institucionalização de mecanismos que assegurem aos diferentes sujeitos sociais integrantes do processo educativo a condição de ser ouvido e de integrar instâncias colegiadas, ainda estamos longe de ter nesses espaços e nessas formas de participação uma efetiva democratização do processo de gestão educacional e não apenas escolar. Diante de tal ponderação cabe a interrogação: em quais direções ainda se faz necessário avançar? O objetivo desta comunicação não é o de apontar direções precisas, mas, sobretudo, o de compartilhar algumas preocupações e caminhos possíveis.

A história da educação pública no Brasil não é a exata tradução de uma construção essencialmente democrática, muito ao contrário. A aprovação de boa parte de nossas legislações educacionais evidencia um difícil percurso de negociações entre diferentes forças sociais e sujeitos políticos. A capacidade de estabelecimento de consensos no campo da política educacional é relativamente baixa, o que se comprova na peculiar trajetória de interdições que o Estado promoveu em relação a distintas iniciativas oriundas da sociedade civil e, em particular, das classes trabalhadoras. Não se trata aqui de afirmar que temos uma educação elitizada, mas de ressaltar que se construiu na relação entre o Estado e a sociedade civil no Brasil um enorme distanciamento entre os esforços empreendidos para se assegurarem os interesses das elites e as proposições e necessidades educacionais dos segmentos sociais compostos pelos trabalhadores da educação, trabalhadores em geral e da população, que sempre almejam uma educação pública de qualidade e universalmente acessível. Não podemos, deste modo, pensar a gestão escolar de modo descolado da dinâmica que particulariza a política educacional como instância de embates entre projetos educacionais e sociais.

A gestão escolar com a efetiva participação dos alunos, profissionais de educação e das famílias deve ser analisada como uma construção e não como um fato ou um discurso sem vinculação com as práticas sociais e institucionais que sustentam o cotidiano da área de educação. Neste sentido não podemos deixar de considerar alguns desafios importantes. O primeiro deles é o da predisposição dos especialistas

¹ Professor assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

em lidar com os interesses e discursos daqueles que, embora sejam chamados a participar da gestão escolar, muitas vezes encontram-se bastante distanciados da vida e da rotina de instituição educacional. Essa relação é assimétrica, diferenciada e tensa do ponto de vista histórico. Desconsiderar essa realidade é apostar em todo tipo de participação menos naquela que se constrói democraticamente, visto que lhe subtrai sua essência: a diferença.

Um segundo desafio é o de instrumentalizar essa participação, uma decorrência necessária da aceitação do princípio da diferença entre os sujeitos que se deseja que integrem o processo de gestão escolar. Não basta, portanto, afirmar essa diferença e ignorar suas consequências. É preciso investir em condições que permitam a esses diferentes sujeitos, sem negar suas histórias de vida, política e educacionalmente distintas, participarem de seus lugares e condições próprias, mas sem que isso represente uma participação vazia de conteúdo político e educacional; afinal, a gestão escolar não está sendo abordada aqui como um campo disciplinar exclusivo ao educador, mas como um processo político e pedagógico em construção.

Outro desafio, já mencionado anteriormente, é o de estender à noção de gestão escolar a de gestão educacional. O que isso significa na prática? Bem, estamos aqui tratando de uma articulação fundamental entre o que acontece dentro de uma unidade escolar e a dinâmica de uma política pública como a de educação. Uma efetiva participação dos referidos sujeitos envolvidos com o processo educacional não se constrói se a referência dessa participação fica restrita aos muros e limites de uma unidade escolar. É fundamental pensar as dimensões interinstitucionais e inter-setoriais desse processo: a articulação com os conselhos tutelares, com os conselhos de políticas públicas e em especial com os conselhos municipais de educação. A educação não é uma política pública cujos desafios possam ser equacionados apenas voltando-se para o seu interior. O diálogo com as demais instâncias da sociedade civil e com outras políticas sociais são fundamentais para que a educação possa ser afirmada como um direito, tanto social como subjetivo.

Investir em uma gestão escolar democrática requer a construção de uma cultura educacional e política de conteúdo distinto da que alcançamos até o presente momento. Em uma instituição que orienta suas ações pedagógicas sob o prisma da inclusão, essa tarefa talvez se torne ainda mais urgente e difícil, visto que as barreiras a serem transpostas são carregadas de valores e atitudes socialmente produzidos com forte impacto no cotidiano educacional. Se nas instituições educacionais de um modo em geral a participação das famílias na dinâmica escolar tem representado um enorme desafio a ser superado, em virtude de uma longa trajetória de *responsabilização dos fracassos escolares*, no âmbito da educação especial esta tarefa se torna ainda mais instigante para aqueles que, longe dos sentidos já construídos de fortalecimento dessa relação de transferência de responsabilidades, se ocupam de produzir experiências instituintes de novas possibilidades educacionais, éticas e políticas.

Pensar a participação das famílias nos processos de gestão escolar não é uma tarefa impossível, não ao menos do ponto de vista legal e institucional, haja vista o re-

conhecimento dessa instituição como sujeito corresponsável pelo processo educativo, mas um exercício cotidiano dos mais provocativos, tendo em vista a dura realidade de vida com que se defrontam na atualidade largos segmentos sociais que direta e intensamente encontram-se voltados para a construção e condução de estratégias de sobrevivência, e cuja cultura educacional talvez não seja aquela em que a escola ocupe um lugar de destaque entre as infinitas preocupações que se apresentam de forma mais imediata em suas vidas. Sem padronizar a realidade das distintas famílias que são atendidas no campo da educação especial, é inegável que um espectro extremamente variado de situações e contingências faça parte de sua realidade e constitua barreiras que dificultem uma participação mais efetiva do ponto de vista político da gestão escolar. Contudo, os fatores que, por um lado, possam ser identificados como obstáculos, também podem ser tomados como elementos concretos motivadores desse tipo de participação, dada a visualização de que sem ela o acesso efetivo a uma educação de qualidade torna-se ainda mais improvável.

A participação política não é um dado que compõe a realidade daqueles que majoritariamente se valem dos serviços públicos e, em particular, da educação pública. Mas é um horizonte bastante promissor para a construção de uma educação que se deseja como condição de fortalecimento da autonomia do educando, de sua condição crítica e comprometida. Estamos assim diante de um princípio político e pedagógico: uma educação essencialmente crítica e compromissada se constrói a partir de uma ampliação das formas de participação. Deste modo o que parecia inicialmente uma finalidade é ao mesmo tempo meio, condição, componente do processo educativo. Como educar o cidadão sem envolver o exercício da própria cidadania? Como educar o cidadão sem compreender sua condição de sujeito político? Como educar o cidadão sem articular o direito à educação aos demais direitos sociais e individuais?

Esta tarefa, embora assumida pelos profissionais da educação no sentido estrito de nossa abordagem nesta apresentação, não pode ser tomada como algo que lhe seja exclusiva. A educação do cidadão não pode ser tomada como tarefa de um único profissional, desse ponto de vista. Por esse motivo reitero a necessidade de que a gestão escolar seja também compreendida em seu sentido amplo, ou seja, como processo de gestão educacional, como experiência em construção de um exercício que se articule com outras dimensões da vida social e da cidade.

Bem, essa breve exposição, com certeza não esgota o assunto. Trata-se apenas de apontamentos iniciais, compartilhados visando um diálogo, uma escuta, uma oportunidade para que outros pontos de vista sejam ressaltados e venham a constituir um momento de encontro e de reflexão sobre as dificuldades, desafios e possibilidades que o tema encerra. Muito obrigado pela atenção de todos.

As contribuições da fonoaudiologia na educação de surdos: um documentário sobre a surdez e seu diagnóstico

Paula Nunes¹

A Divisão de Audiologia do Instituto Nacional de Educação de Surdos tem como atribuição regimental avaliar a audição dos indivíduos, fornecendo subsídios técnico-científicos relativos à prevenção e ao diagnóstico precoce da surdez, e também desenvolver campanhas e projetos nesta área. Atende aos alunos deste Instituto e à comunidade de todo o Brasil, na faixa etária do recém-nascido ao idoso.

Dentre as suas atividades, realiza avaliação audiológica através dos seguintes testes: audiometria infantil, audiometria tonal e vocal, imitanciometria, emissões otoacústicas evocadas por transiente e produto de distorção, audiometria de potenciais evocados de tronco encefálico (BERA), além de indicação e adaptação de prótese auditiva, orientação aos responsáveis e encaminhamento quando necessário.

A equipe da Divisão de Audiologia do INES elaborou o vídeo *Quando se escuta com os olhos*: um documentário sobre a surdez e seu diagnóstico – 2008, com o objetivo de divulgar conhecimentos na área da surdez, bem como contribuir na prevenção e detecção precoce da surdez na sociedade brasileira. O vídeo foi elaborado pela equipe em 3 partes a seguir:

Parte I: O recém-nascido e o bebê

A cóclea humana tem função adulta após a vigésima semana de gestação. Desta forma, o bebê já ouve sons há pelo menos quatro meses antes do nascimento. O bebê recém-nascido presta muita atenção aos sons leves e prolongados e se assusta com os sons fortes e de impacto (SIMONEK, 1996). Estatísticas indicam que, em cada mil recém-nascidos, um a três possuem algum tipo de perda auditiva. Em cada cem recém-nascidos provenientes de UTI neonatal, dois a quatro possuem algum tipo de perda auditiva.

Indicadores de risco para a surdez

Os neonatos que apresentarem uma das dez características a seguir são denominados bebês de alto risco para a surdez, pois possuem maiores chances de apresentar ou desenvolver uma perda de audição:

1. história de surdez na família;
2. presença ou suspeita de infecção intraútero (rubéola, sífilis, citomegalovírus, herpes genital e toxoplasmose);
3. Anormalidades crânio-faciais (má formação de pavilhão auricular ou con-

¹ Fonoaudióloga, mestranda em fonoaudiologia pela UVA, pós-graduada em audiologia educacional pela UVA e membro da equipe de audiologia do INES.

duto auditivo externo; ausência de filtrum, implantação baixa da raiz do cabelo, fissura palatina);

4. peso ao nascer < 1.500gr;
5. hiperbilirrubinemia;
6. medicamentos ototóxicos;
7. meningite bacteriana;
8. asfixia severa (apgar de 0 a 4 no 1.º min ou 0 a 6 no 5.º min);
9. ventilação mecânica > 5 dias;
10. sinais de síndromes associadas à surdez.

(Fonte: Comitê Brasileiro sobre perdas auditivas na infância)

Parte II: A criança e o escolar

Algumas crianças podem apresentar problemas de audição; na idade escolar a incidência é de 10% desta população. A perda auditiva pode causar problemas na integração social e atraso no desenvolvimento da fala.

Causas mais comuns da perda auditiva em crianças:

- infecções da orelha média: otites;
- traumatismos sonoros ou físicos: ruídos de forte intensidade, pancadas violentas;
- fatores ambientais: viroses, meningite bacteriana;
- fatores genéticos.

Importante: O uso de prótese auditiva e/ou do implante coclear, associado à intervenção fonoaudiológica, o mais precoce possível, com a colaboração efetiva da família, irá possibilitar um processo de aquisição da fala.

Precisamos ficar alerta para qualquer um dos sinais abaixo. A criança pode ter perda auditiva quando:

- não acorda com barulhos fortes;
- não olha quando é chamada;
- olha muito para os lábios de quem está falando;
- aumenta o volume da tv;
- fala muito: "O quê? Ah?";
- apresenta distração constante;
- demonstra dificuldade de compreensão e de aprendizagem;
- fala muito alto;
- apresenta alergias respiratórias;
- comete muitos erros em ditados;
- demonstra irritabilidade;
- apresenta troca de fonemas.

Parte III: adulto e idoso

As patologias mais comuns que afetam a audição no adulto são:

- otosclerose;

- doença de Menière;
- perda auditiva induzida por alto nível de pressão sonora;
- presbiacusia.

De todas as privações sensoriais, a perda auditiva é a que produz efeito mais devastador no processo de comunicação do idoso, sem contar que muitas vezes pode ser acompanhada de um zumbido, que compromete o bem-estar do indivíduo. A queixa mais frequente destes indivíduos é a de ouvirem, mas não entenderem o que lhes é dito. Quase todo mundo tem uma história de surdez na família e, apesar disso, as pessoas têm muita dificuldade em lidar com o idoso que tem perda auditiva; impaciência, irritação e isolamento são frequentes diante da falta de orientação.

Para minimizar as alterações psicossociais do idoso, faz-se necessária a indicação e adaptação de prótese auditiva, incluindo programas específicos de reeducação auditiva, pontos fundamentais para a qualidade de vida. Esses programas favorecem a adaptação e o uso diário da prótese auditiva, além de contribuírem para a interação social, ajudando no processo de comunicação.

Cuidados com a audição:

- Evite usar medicamentos sem orientação médica;
- Faça periodicamente exames clínicos;
- Não introduza objetos no canal auditivo;
- Evite exposição excessiva a ruídos.

A audição é imprescindível para a comunicação oral, bem como mecanismo de alerta e defesa, em relação a ruídos que representam perigo.

Referências bibliográficas

CAMPANHA NACIONAL PELA SAÚDE ESCOLAR. Quem ouve bem, aprende melhor! A audição de seus alunos. Cartilha do Professor. FO/SOB/SBF, 1999.

FUNDAÇÃO OTORRINOLARINGOLOGIA. A audição de seus alunos. Disponível em: www.forl.org.br/infodoencas_detalhes.asp?id=37. Acesso em: 10/11/2009.

IBGE 2004 – Edição 332.

LACERDA, Armando Paiva. *Audiologia clínica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

MARQUES, Ana Cléia de O.; KOZLOWSKI, Lorena; MARQUES, Jair Mendes. Reabilitação auditiva do idoso. 19º Encontro Internacional de Audiologia. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 70, n.6, nov. dez. 2004.

Mattos, L. C. *Perfil audiométrico de uma população de idosos: um estudo epidemiológico seccional*. 2006. Tese de doutorado. Instituto de Medicina Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RUSSO, Ieda Pacheco. *Intervenção fonoaudiológica na terceira idade*. Editora Revinter / Brasil, 1999.

SIMONEK, Maria Cristina; LEMES, Valderez Prass. *Surdez na infância: diagnóstico e terapia*. Soluções Gráficas Design, 1996.

Produção de material de apoio ao ensino de LIBRAS e língua portuguesa para deficientes auditivos

Claudia Ferreira Barroso¹ e Teresa Cristina Siqueira Rude²

A linguagem é um ato social adquirido pela troca entre duas ou mais pessoas, representada por meio das formas de sons, palavras e frases.

Para que as palavras sejam emitidas, elas passam por um processo que precisa ser entendido: para uma criança dizer uma palavra, ela previamente vê o objeto e experimenta através dos sentidos. Portanto o objeto passa a ter um significado para a criança; o processo descrito é denominado linguagem interna. No cotidiano, a criança escuta a mesma palavra em contextos diferentes. Com isto, é possível juntar o significado ao significante, constituindo-se assim a linguagem receptiva. Após juntar o significante ao significado, quando a criança desejar algo, ela emitirá a palavra, sendo este processo caracterizado como linguagem expressiva.

A comunicação nasce da necessidade, do desejo, da troca e relação entre duas ou mais pessoas; ela compreende gestos, mímica, corpo, fala, língua e linguagem. (QUIRÓS, 1981)

A surdez caracteriza-se por uma privação sensorial e tem como principal consequência a dificuldade na aquisição da linguagem.

A partir destas reflexões, conclui-se que o surdo necessita ser devidamente estimulado no seu cotidiano para adquirir a linguagem. Na busca destes estímulos e objetivando a facilitação e enriquecimento da comunicação bilíngue entre surdos, profissionais e familiares, foram produzidos o CD *Arca de Noé* e o DVD *Cá entre Nós*. Estes materiais se constituem como instrumentos para auxiliar os surdos na aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, a partir dela, fazer com que a criança adquira a língua portuguesa em suas modalidades oral e escrita.

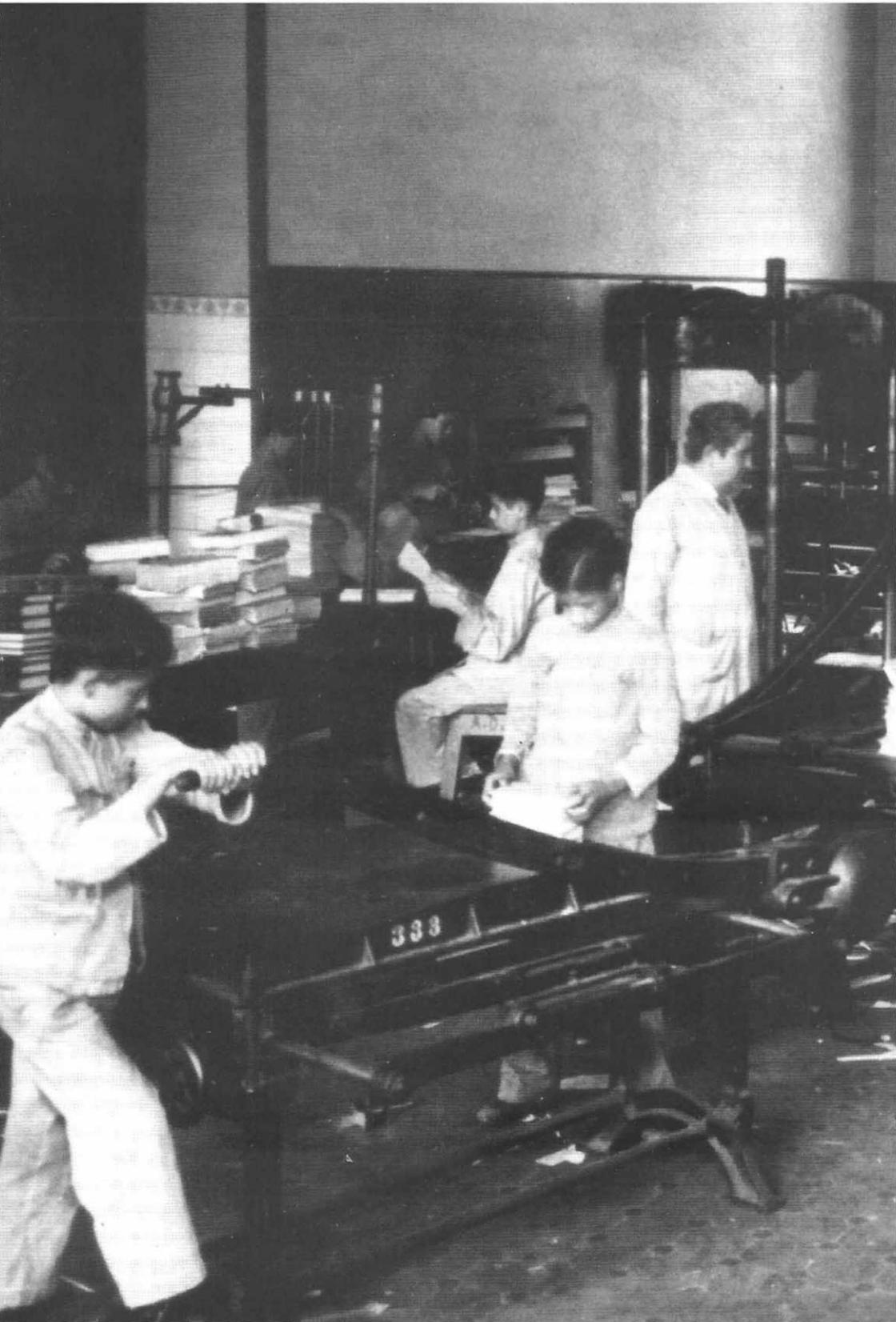
A história *Arca de Noé* foi escolhida para o CD pela diversidade de temas que apresenta, tais como: família, cores, vestimentas, meios de transporte, alimentos, cômodos da casa, entre outros. Já o DVD *Cá entre Nós* foi produzido a partir de histórias infantis de conhecimento popular, que ajudam no desenvolvimento da linguagem. A história é um valioso recurso didático que desenvolve a criatividade e o espírito crítico das crianças e tem a magia de transportá-las ao seu mundo de fantasia.

Instituto Nacional de Educação de Surdos

Este trabalho é produto de estímulo da linguagem sob um novo olhar. *UM FELIZ OLHAR NOVO*.

¹ Fonoaudióloga, pós-graduada em deficiência auditiva pelo UnilBMR. Membro da Divisão de Fonoaudiologia do INES e coautora do DVD "Cá entre Nós" para crianças da educação infantil em LIBRAS e português.

² Fonoaudióloga, mestranda em fonoaudiologia pela UVA. Pós-graduada em deficiência auditiva pela UnilBMR. Membro da Divisão de Fonoaudiologia do INES. Autora do DVD "Cá entre Nós".



Realização

INES
Instituto Nacional de
Educação de Surdos

Secretaria de
Educação Especial

Ministério
da Educação

